

Leila Miguelina Aparecida Costa

**O artesanato como forma de manifestação cultural e complementação de renda:
um estudo de caso da Associação Comunitária do Bairro do Lambari**

Leila Miguelina Aparecida Costa

**O artesanato como forma de manifestação cultural e complementação de renda:
um estudo de caso da Associação Comunitária do Bairro do Lambari**

Trabalho de conclusão do curso de pós-graduação
em Gestão de Projetos Culturais e Organização de
Eventos, produzido por Leila Miguelina
Aparecida Costa sob orientação do Prof. Dr.
Dennis de Oliveira.

*Dedico este trabalho a todos os artesãos da
Associação Comunitária do Bairro do Lambari.*

AGRADECIMENTOS

Aos professores do curso de Especialização em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos, em especial, ao Prof. Dr. Dennis Oliveira que, com suas sábias orientações, muito me auxiliou na construção deste artigo.

À minha mãe, Maria das Dores da Mota Costa, pela especial ajuda durante todo o curso e pelo indispensável apoio na pesquisa de campo realizada.

A Rosimar Oliveira, por disponibilizar documentos essenciais à elaboração deste trabalho, bem como pelas entrevistas esclarecedoras que me concedeu.

Aos artesãos da Associação Comunitária do Bairro do Lambari, por toda receptividade, generosidade e auxílio.

“O artesanato não quer durar milênios nem está possuído da pressa de morrer prontamente. Transcorre com os dias, flui conosco, se gasta pouco a pouco, não busca a morte ou tampouco a nega: apenas aceita este destino. Entre o tempo sem tempo de um museu e o tempo acelerado da tecnologia, o artesanato tem o ritmo do tempo humano. É um objeto útil que também é belo; um objeto que dura, mas que um dia porém se acaba e resigna-se a isto; um objeto que não é único como uma obra de arte e que pode ser substituído por outro objeto parecido, mas não idêntico. O artesanato nos ensina a morrer e, fazendo isto, nos ensina a viver.”

Octavio Paz

SUMÁRIO

Resumo	6
1 Introdução	7
2 A Associação Comunitária do Bairro do Lambari	9
3 Posicionamentos, reformulações e crescimento	11
4 A valorização do fazer manual.....	15
5 Os artesãos e o artesanato na ACBL.....	21
6 A ACBL e os incentivos públicos e privados.....	28
7 Considerações finais.....	30
Referências	32

O artesanato como forma de manifestação cultural e complementação de renda: um estudo de caso da Associação Comunitária do Bairro do Lambari

Leila Miguelina Aparecida Costa

RESUMO

O presente artigo busca uma melhor compreensão acerca da dinâmica interna da Associação Comunitária do Bairro do Lambari (ACBL) – organização de artesãos da zona rural da pequena cidade de Gonçalves (MG) – e, a partir disso, um maior entendimento da relação do artesão com seus produtos, do artesanato como forma de manifestação cultural e da complementação de renda relacionada a conceitos de economia criativa e desenvolvimento sustentável. Traçando um paralelo entre a realidade vivida pelos artesãos da associação e diversos estudos sobre o tema, o presente artigo discute a dicotomia entre a produção manual e mecânica, o processo de valorização de formas simbólicas, a mediação da cultura, a transmissão cultural realizada de geração em geração, o papel do artesanato no sistema capitalista, bem como a interferência de organizações públicas e privadas nesse processo.

Palavras-chave: artesanato, artesão, cultura popular, geração de renda.

ABSTRACT

This article seeks a better understanding of the internal dynamics of the Lambari District Community Association (in Portuguese, ACBL) – organization of artisans in rural small town of Gonçalves (MG) – and, from this, a greater understanding of the relationship of the artisan with their products, of handicrafts as a means of cultural expression and of the complementation of income related to concepts of creative economy and sustainable development. Drawing a parallel between the reality experienced by the artisans of the association and several studies about the subject, this article discusses the dichotomy between manual and mechanical production, the valorization process of symbolic forms, the mediation of culture, the cultural transmission from generation to generation, the role of crafts in the capitalist system, as well as the interference of public and private organizations in this process.

Keywords: crafts, artisan, popular culture, income generation.

RESUMEN

Este artículo busca una mejor comprensión de la dinámica interna de la Asociación Comunitaria del Barrio del Lambari (ACBL) – organización de artesanos situada en la pequeña ciudad rural de Gonçalves (MG) – y, a partir de esto, una mayor comprensión de la relación del artesano con sus productos, de la artesanía como medio de expresión cultural y de la complementación de ingresos relacionada con conceptos de economía creativa y desarrollo sostenible. Trazando un paralelo entre la realidad vivida por los artesanos de la asociación y varios estudios sobre el tema, este artículo trata de la dicotomía entre la producción manual y mecánica, del proceso de valorización de formas simbólicas, de la mediación de la cultura, de la transmisión cultural de generación en generación, del papel de la artesanía en el sistema capitalista, así como de la injerencia de organizaciones públicas y privadas en este proceso.

Palabras clave: artesanía, artesano, cultura popular, generación de ingresos.

1 INTRODUÇÃO

O artesanato tem sua origem ligada à história da humanidade. Os primeiros objetos artesanais datam do período neolítico (cerca de 6.000 a.C.), época em que os homens começavam a dar formas a matérias primas para satisfazer suas necessidades cotidianas, tecendo fibras de origem animal e vegetal, polindo pedras e fabricando objetos de cerâmica, por exemplo.

No Brasil, o artesanato surgiu nessa mesma época dentro das diversas tribos indígenas que faziam parte de nosso território. Cocares, cestas, cerâmicas e tangas são apenas alguns exemplares desse tipo de trabalho manual que, com a Revolução Industrial no século XVIII, acabou cedendo espaço no dia-a-dia das famílias aos produtos industrializados fabricados em série.

Para entender melhor a relação do artesão com seu artesanato na contemporaneidade, a produção artesanal como forma de manifestação cultural e a geração de renda a partir da comercialização de peças artesanais, realizou-se uma pesquisa de campo, cujo objeto de estudo é a Associação Comunitária do Bairro do Lambari (ACBL), organização de artesãos da pequena cidade de Gonçalves (MG).

Como resultado da pesquisa, que contou com entrevistas livres aos artesãos da associação, construiu-se o presente artigo que se inicia trazendo a dinâmica de funcionamento da instituição, bem como sua história e importância para a comunidade local. Posteriormente, o trabalho aborda as reformulações realizadas na ACBL durante a gestão de Rosimar Oliveira, que promoveu o crescimento da associação com a profissionalização administrativa e aplicação de conceitos de economia criativa.

A valorização do fazer manual e o papel do artesanato no capitalismo, de acordo com a perspectiva de Nestor García Canclini, também são assuntos tratados no presente artigo. Em seguida, é realizado um esboço sobre a história do artesanato e são tecidas considerações acerca da produção artesanal na ACBL, da oposição do fazer manual ao fazer mecânico na sociedade, da valorização de formas simbólicas e da mediação da cultura na contemporaneidade.

A partir do depoimento de artesãos da associação, aborda-se, ainda, a questão da transmissão de valores e técnicas artesanais de pais para filhos, ou seja, de geração em geração. O presente estudo mostra também como a associação conseguiu se modernizar sem que traços identitários de sua comunidade se perdessem, construindo um interessante panorama da forma de pensar e agir dos artesãos que formam a ACBL.

A controversa questão acerca dos incentivos públicos e privados no fomento à atividade artesanal, como os cursos oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), por exemplo, é outra questão tratada no artigo. Muitas intervenções em associações têm um aspecto impositivo e arbitrário, o que não é positivo à sobrevivência da atividade artesanal em comunidades. Como poderá ser visto no decorrer deste estudo, a ACBL conseguiu, a partir da conscientização e liberdade de seus artesãos, que suas atividades sobrevivessem ao longo de décadas, resistindo a caprichos políticos e ingerências externas.

Sem pretensões de esgotar todas as discussões possíveis sobre o artesanato e seu papel na sociedade contemporânea, o presente artigo traz aspectos da realidade de artesãos do interior de Minas Gerais de uma forma leve e dinâmica, realizando diálogos teóricos com importantes estudiosos da área cultural, como Maria Nazareth Ferreira e John Thompson, por exemplo.

2 A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO DO LAMBARI

Localizada no município de Gonçalves¹, no interior do estado de Minas Gerais, a Associação Comunitária do Bairro do Lambari (ACBL) é uma instituição civil formada por 25 artesãos locais que encontraram no artesanato uma forma de manifestação cultural e auxílio à integração e ao desenvolvimento de sua comunidade.

Apesar de, na prática, funcionar como uma cooperativa de artesanato, a ACBL é formalizada legalmente como uma associação, ligada à arte e à cultura, sem fins lucrativos. Assim como no caso da ACBL, por conta das dificuldades de criação de uma cooperativa – como a exigência de, no mínimo, 20 cooperados, por exemplo –, vários grupos econômicos no Brasil, ao invés de se estabelecerem como cooperativas, formalizam-se como associações.

Basicamente, o que diferencia uma associação de uma cooperativa é a finalidade econômica que, na associação, seria inexistente, enquanto que, na cooperativa, seria o objetivo principal. Segundo Paulo Melchor, associação é “uma entidade de direito privado, dotada de personalidade jurídica e caracterizada pelo agrupamento de pessoas para a realização e consecução de objetivos e ideais comuns, sem finalidade lucrativa” (MELCHOR, 2012, p. 1). Já cooperativa, segundo o site *Cooperaliança*, é

uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida. (COOPERALIANÇA, 2012)

Dessa forma, sob a presidência de Ismael Vieira e Silva, a ACBL possui pastas de despesas, gastos e pagamentos, organizadas semestralmente para a transparência na prestação de contas à comunidade e aos próprios artesãos que dela fazem parte. Assim, a compra e a venda do artesanato são tidas formalmente como doações a uma entidade que, entre outros objetivos, estimula manifestações culturais locais; busca o bem estar de toda a comunidade sem distinção étnica, política ou religiosa; promove um maior desenvolvimento do bairro; e agrega valor à produção artesanal da comunidade. Além da verba provinda dos artesanatos, a ACBL realiza festas e encontros para arrecadar fundos para auxiliar em seu funcionamento.

Desde sua fundação, em 27 de maio de 1988, a ACBL passou por grandes desafios de gestão. O maior deles ocorreu no ano de 2008, quando a falta de planejamento interno, a

¹ A cidade de Gonçalves localiza-se a 458 km da capital Belo Horizonte, na região sul do estado de Minas Gerais, e contém cerca de quatro mil habitantes.

pouca valorização da produção artesanal e a baixa renda anual gerada pelo artesanato – aproximadamente R\$5.000,00 – desanimavam os artesãos do bairro. Tal situação estimulou a artesã Rosimar Oliveira a assumir a coordenação da organização que, em 2009, triplicou sua arrecadação para cerca de R\$15.000,00. Em 2010, o artesanato rendeu aos artesãos da ACBL aproximadamente R\$35.000,00.

O dinheiro arrecadado serve de complementação de renda aos artesãos do bairro que, na maioria das vezes, utiliza a verba para comprar alimentos ou insumos para a própria produção artesanal. Apesar de usar materiais encontrados na própria natureza, além de insumos recicláveis que seriam descartados, muitos são os complementos adquiridos em lojas da região.

A verba arrecadada estimula, então, o crescimento da economia local e o consequente desenvolvimento da comunidade do Bairro do Lambari. Trata-se de um exemplo de como a economia criativa pode desenvolver de forma humanizada e sustentável uma comunidade. Afinal, segundo o Portal SEBRAE, economia criativa é

um termo criado para nomear modelos de negócio ou gestão que originam em atividades, produtos ou serviços desenvolvidos a partir do conhecimento, criatividade ou capital intelectual de indivíduos visando a geração de trabalho e renda. Diferentemente da economia tradicional, de manufatura, agricultura e comércio, a economia criativa, essencialmente, foca no potencial individual, na imaginação e na capacidade intelectual para o desenvolvimento de algo que gere renda. Grande parte dessas atividades vem do setor de cultura, moda, design, música e artesanato. (SEBRAE, 2010)

Assim, a imaginação, a capacidade intelectual e o conhecimento transmitido de geração em geração fizeram com que o artesanato, antes isolado nas casas dos artesãos, pudesse se transformar em uma fonte de recursos capaz de modificar a realidade do Bairro do Lambari. A união dos artesãos em uma associação fortaleceu o grupo que, com reformulações ao longo de sua história, tem conseguido sobreviver na prática do comércio de peças artesanais, representantes da identidade cultural de sua comunidade.

3 POSICIONAMENTOS, REFORMULAÇÕES E CRESCIMENTO

Ao longo dos anos, segundo Rosimar Oliveira, atitudes simples fizeram com que a situação da associação se mantivesse em constante melhora. A renomeação de cargos, a maior união do grupo de artesãos e a melhor divulgação dos produtos artesanais – inclusive por meio de cartazes e redes sociais, como o *Facebook* – fizeram com que a ACBL ganhasse cada vez mais notoriedade perante os turistas que visitam a região.

Antes da coordenação de Rosimar, os artesãos revezavam entre si no atendimento ao público, uma tarefa penosa para aqueles que trabalham em suas lavouras e têm de cuidar de suas famílias. Além disso, a proximidade do artista com os turistas fortalecia laços pessoais que enfraqueciam a associação. Com o contato pessoal, os clientes preferiam negociar diretamente com o artesão – muitas vezes, indo até sua residência – a adquirir os produtos expostos na sede da organização.

Aberta aos sábados, domingos e feriados, das 10h às 18h, a ACBL conta hoje com uma funcionária para atendimento ao público, dispensando os artesãos de mais essa tarefa. O pagamento dos vencimentos dessa colaboradora, bem como das despesas gerais da associação (tais como água, luz, reformas, por exemplo), é feito pela arrecadação de uma porcentagem do valor das vendas do artesanato. Assim, o artista fica com 90% do valor de venda de seu produto, sendo 10% destinados aos custeios gerais da associação.

Antes da gestão de Rosimar Oliveira, das vendas de até R\$100,00 eram descontadas uma taxa de R\$2,00 e uma porcentagem de 5% sobre o valor geral. Vendas acima de R\$100,00 eram taxadas em R\$5,00, além dos 5% em cima do valor de venda. Os valores de tais taxas e a porcentagem descontada também eram destinados a quitar as despesas coletivas da associação.

As mudanças, implementadas na gestão de Rosimar, ocorreram após reuniões em que se expôs o descontentamento dos artesãos em relação a tais tipos de cobrança. Convencionou-se, então, que o fechamento de caixa e a distribuição das verbas arrecadadas seriam realizados a cada 15 dias, evitando que montantes financeiros ficassem parados à mercê de eventualidades (como roubos, por exemplo), sem movimentar a economia da região.

A associação ainda não considera viável utilizar preferencialmente os serviços bancários, pois muitos artesãos sequer possuem ou movimentam contas correntes ou poupanças, tendo em vista que moram na zona rural e raras vezes se dirigem ao centro da cidade. No entanto, a verba destinada à associação (10% sobre o valor das vendas) é depositada periodicamente em uma conta bancária administrada pelo presidente e pelo

tesoureiro da entidade.

Segundo Rosimar Oliveira, a venda de artesanatos na ACBL aumenta quando há feriados prolongados e, principalmente, quando tais feriados acontecem depois do quinto dia útil de cada mês, período em que pagamentos salariais são mais comuns e que os turistas tradicionalmente mais viajam para a região.

De acordo com o Estatuto da ACBL, em caso de dissolução da associação, seu patrimônio será revertido a outra entidade semelhante, a juízo da assembleia de artesãos. Além disso, autoriza-se a venda de espaço publicitário na associação, desde que a renda obtida seja revertida integralmente em contribuição à própria organização.

A coordenadora Rosimar, em sua gestão, iniciada em 2009, conseguiu mais que dobrar o número de artesãos que formam a associação. De 12 participantes, em 2008, passou-se a 25 em 2012. A união do grupo em prol do fortalecimento da coletividade, a prática de conceitos de economia criativa e a profissionalização da gestão da associação foram importantes pontos trabalhados nas inúmeras reuniões realizadas.

Hoje, para se associar, o artesão não precisa pagar nenhuma taxa. Já para se desligar da organização, deve deixar uma doação de 10% de sua produção para a associação. Trata-se de uma política de incentivo à permanência dos associados os quais, segundo Rosimar, passam a pensar duas vezes antes de se desligar da “cooperativa” por motivos banais.

Outra medida implementada na gestão de Rosimar Oliveira para o fortalecimento da associação e não de seus artesãos isoladamente foi a padronização de etiquetas com o valor estipulado às peças artesanais. Em tais etiquetas, não mais se encontram o nome do artesão e sua assinatura personalizada, mas sim informações sobre a peça e um código atribuído a cada associado. Através de tal código, é possível gerenciar os valores destinados a cada associado, sem deixar que sua marca pessoal se sobreponha à importância da coletividade.

Uma segunda etiqueta ilustrativa, não retirada no momento da venda, é anexada aos produtos artesanais como forma de referência geográfica e cultural aos turistas que adquirem as peças. Os dizeres “Artesanato Regional – Gonçalves/MG” valorizam os materiais artísticos da região, os quais contêm uma relevante identidade estilística e conceitual.

Peças de estilo mais próximo aos de materiais industrializados, colocados à venda como forma de teste, não instigaram a curiosidade e o consumo por parte dos visitantes, muito menos receberam valorização e reconhecimento por parte dos próprios artesãos da associação. “Os turistas percebem quando alguma arte se aproxima do produto industrializado. Objetos trabalhados manualmente e com conceito próprio tendem a ser mais aceitos, valorizados e comprados”, afirma Rosimar.

Nestor García Canclini, em sua obra *As culturas populares no capitalismo*, afirma que essa admiração pelo fazer manual é muito utilizada pelo turismo, inclusive como forma de manutenção do capitalismo. Segundo o autor,

a fascinação nostálgica pelo rústico e pelo natural é uma das motivações mais invocadas pelo turismo. Ainda que o sistema capitalista proponha a homogeneidade urbana e o conforto tecnológico como modelo de vida, mesmo que o seu projeto básico seja apropriar-se da natureza e subordinar todas as formas de produção à economia mercantil, esta indústria multinacional que é o turismo necessita preservar as comunidades arcaicas como museus vivos. (GARCÍA CANCLINI, 1983, p. 66).

Na visão de Canclini, a produção artesanal revela-se como uma necessidade do capitalismo, o qual apóia seu desenvolvimento na possibilidade de existência de certas manifestações populares, como festas e o próprio artesanato, por exemplo. Dessa forma, as peças artesanais desempenham especiais funções na manutenção da lógica capitalista na atualidade, afinal:

Nenhuma classe hegemônica pode exercer o seu poder e a sua ideologia através de uma arbitrariedade total, unicamente de cima para baixo; ela necessita, especialmente nas suas etapas históricas progressistas, do avanço do conjunto da sociedade. Quer seja através de um desenvolvimento tecnológico e econômico que integre a todos os setores sociais, incluindo as suas formas peculiares de produção material e cultural, quer seja porque necessita melhorar o nível educativo e de consumo das classes subalternas para expandir a produção e o mercado, o projeto dominante inclui muito mais que a classe que o formula. (GARCÍA CANCLINI, 1983, p. 72)

Em seus estudos, García Canclini atenta para o fato de, na análise do artesanato, haver a tentação de analisar o objeto de estudo somente em seu aspecto étnico ou somente sob seu viés econômico. Se realizada dessa maneira, tal análise seria incompleta, pois tais aspectos encontram-se relacionados, como faces de uma mesma moeda.

Maria Nazareth Ferreira corrobora com tal visão ao afirmar que o mundo do artesanato é tão complexo e revelador que transcende a velha visão simplista do *hand craft*. Nesse sentido, a produção artesanal traz em si uma série de valores que permeiam sua concepção e o contexto em que é produzido:

O mercado artesanal, tal como está se sedimentando na atualidade, é um mercado mais complexo, pois nele subsiste com maior nitidez a

dicotomia entre os componentes artístico-culturais, seu caráter político e ideológico e sua função econômica, como fonte de emprego. Isto quer dizer que existe uma correlação entre as formas de organização do trabalho, o tipo de produção e o nível sócio-econômico do consumidor dos produtos artesanais. (FERREIRA, 1995, p. 90)

Dessa forma, para que possamos compreender a realidade e a importância do artesanato para a comunidade do Bairro do Lambari, nada melhor que estudarmos seus artesãos, suas formas de produção e sua relação com seu artesanato, assuntos presentes no próximo capítulo deste artigo.

4 A VALORIZAÇÃO DO FAZER MANUAL

Com exceção de dois artesãos – que, apesar de terem nascido no bairro do Lambari, hoje moram na cidade de São José dos Campos (SP) –, a ACBL é formada essencialmente por agricultores e trabalhadores rurais do Bairro do Lambari. Localizada em uma escola desativada, a ACBL é referência em estímulo ao turismo, economia criativa e desenvolvimento sustentável.

De acordo com Nestor García Canclini, a função tradicional do artesanato era “proporcionar objetos para o autoconsumo nas comunidades indígenas” (GARCÍA CANCLINI, 1983, p. 62). Nesse sentido, podemos afirmar que a história do artesanato tem início com a própria história humana, “pois a necessidade de se produzir bens de utilidades e uso rotineiro, e até mesmo adornos, expressou a capacidade criativa e produtiva como forma de trabalho” (ILLUSTRATUS, 2010).

A respeito da história do artesanato, tem-se que

os primeiros artesãos surgiram no período neolítico (6.000 a.C) quando o homem aprendeu a polir a pedra, a fabricar a cerâmica e a tecer fibras animais e vegetais. No Brasil, o artesanato também surgiu neste período. Os índios foram os mais antigos artesãos. Eles utilizavam a arte da pintura, usando pigmentos naturais, a cestaria e a cerâmica, sem esquecer a arte plumária como os cocares, tangas e outras peças de vestuário feitos com penas e plumas de aves. (ILLUSTRATUS, 2010).

Assim como acontecera na história do artesanato, na ACBL, a maioria dos artesãos aprendeu com sua família ofícios artesanais que eram usados em seu cotidiano doméstico e/ou de trabalho. Contudo, o que era apenas uma produção para uso próprio, feita muitas vezes durante períodos de ócio, com a associação, passa a ser reconhecida como uma genuína forma de expressão artística e possível maneira de complementação de renda, seguindo preceitos de economia criativa e desenvolvimento sustentável.

Utilizando predominantemente materiais recicláveis (plásticos, retalhos de pano etc.) e/ou extraídos da própria natureza (como sementes, galhos, folhas etc.), as produções artesanais da ACBL são caracterizadas por “livres manifestações artísticas”, conforme afirmam os artesãos da associação. De acordo com Rosimar Oliveira, a padronização e cópia de ideias são desestimuladas pelos próprios artistas, que vêem na produção artesanal, acima de tudo, uma forma de manifestar sua singular identidade cultural.

Romeu Gomes Pinto, artesão da ACBL, reitera esse posicionamento quando fala a respeito da liberdade dos associados em relação à sua produção artesanal:

Na associação, cada artesão pode fazer o artesanato que quiser, de acordo com o que gosta de fazer e tem mais habilidade. [...] Não existe obrigação de número de peças, um estilo determinado ou prazos de entrega, a não ser que os turistas façam encomendas. Acho que isso é bom, porque ninguém faz obrigado e o artesanato não deixa de ser um grande prazer. Pra mim, quando o artesão tem mais tempo e liberdade, tudo sai com mais capricho e fica muito mais bonito!

Aliás, a beleza estética das peças artesanais é um dos aspectos mais valorizados pelos turistas que visitam a região. Contudo, segundo Horodyski e Ruschmann, “o artesanato não é, inicialmente, produzido para ser belo e sim, utilitário. Sua beleza está contida na expressão das tradições do saber-fazer de uma comunidade” (HORODYSKI; RUSCHMANN, 2007, p. 2).

Por valorizar genuínas formas de manifestações artísticas do bairro do Lambari, o estatuto da ACBL não permite que os associados comprem peças produzidas por outros artesãos e as coloque para revenda. Também não é permitida a venda de materiais produzidos em série (industrializados) na associação. “O objeto feito pela máquina não tem a história, o capricho e a individualidade do objeto feito à mão”, destaca Rosimar Oliveira.

Ricardo Gomes Lima, em seu texto *Artesanato e arte popular: duas faces de uma mesma moeda?*, aborda essa inevitável dicotomia entre o fazer manual e o fazer mecânico. Segundo o autor, a oposição do homem à máquina é relativamente recente, sendo deflagrada a partir da Revolução Industrial, no século XVIII (LIMA, 2003, p. 2).

Dessa maneira, de acordo com Lima,

tomada em sua acepção original, a palavra artesanato significa um fazer ou o objeto que tem por origem o fazer ser eminentemente manual. Isto é, são as mãos que executam o trabalho. São elas o principal, senão o único, instrumento que o homem utiliza na confecção do objeto. O uso de ferramentas, inclusive máquinas, quando e se ocorre, se dá de forma apenas auxiliar, como um apêndice ou extensão das mãos, sem ameaçar sua predominância. (LIMA, 2003, p. 1)

Segundo Clara Lourido, o conceito de produção artesanal é estruturalmente oposto ao da produção industrial. Apesar de, em muitas realidades, produções em larga escala serem vendidas como se fossem artesanais, na Associação Comunitária do Bairro do Lambari isso não acontece, em virtude da própria consciência dos artesãos em relação ao valor e à importância da autenticidade de sua produção.

De acordo com Lourido,

o modo de produção artesanal se define pela baixa tecnologia e pela impossibilidade de produção em massa: os produtos artesanais *não podem* ser produzidos em série e por isso apresentam diferenças que atestam essa especificidade do seu modo de produção. Diferenças produzidas pelas mãos e ferramentas rudimentares das pequenas oficinas artesanais; de alguma maneira, pela “carência” destes “empresários” que não possuem capital nem tecnologia. (LOURIDO, 2005, p. 10-11)

Nesse sentido, a relação do artesão com seu artesanato revela-se de extrema importância na atribuição de sentido e de valor à produção artesanal. De acordo com José Silveira D'Ávila,

as produções elaboradas pelas máquinas são muito eficientes e de custo relativamente baixo, porém não substituem em todos os sentidos os artefatos artesanais, cujas implicações e sentido vão além da própria utilidade do objeto. Os valores humanos e culturais a ele agregados não podem ser perdidos sem que o homem perca sua própria dignidade e deforme a vocação de sua natureza. (RIBEIRO *et al.*, 1983, p. 169)

Dessa forma, se estabelece o que John B. Thompson chamou de *processo de valorização*, em que as formas simbólicas, no caso as artesanais, ganham valor tanto simbólico quanto econômico. O valor simbólico, segundo o autor, é aquele que “as formas simbólicas possuem em virtude das maneiras como elas são apreciadas pelas pessoas que as produzem e as recebem, em virtude da maneira como elas são apreciadas ou denunciadas” (THOMPSON, 1995, p. 23). Já o valor econômico é aquele adquirido em virtude dos objetos artesanais serem comercializados.

Para os artesãos, o valor simbólico de sua arte é imensurável, ou seja, intangível. Contudo, a mercantilização de sua produção faz com que o artista tenha que atribuir um valor econômico a suas peças, valor esse que poderá variar de acordo com as leis do “mercado”, ou seja, a relação entre a oferta feita pelos artesãos e a procura por parte dos turistas.

O desvendar dessa relação entre arte e capitalismo é bastante complexo, mas pode ser esclarecido através de uma melhor compreensão do processo de valorização econômica das formas simbólicas, estudado por Thompson. Em tal processo, o artesanato – forma simbólica em questão – passa a ser visto como bem de consumo (mercadoria), passível de atribuição de valor econômico e, portanto, de comercialização.

Segundo os artesãos da ACBL, o valor da matéria-prima influencia no estabelecimento do valor econômico de suas obras, mas esse não é o fator determinante. Geralmente, quanto maior o trabalho para fazer, o tempo dispensado e o fetiche relacionado, maior o valor

econômico da obra artesanal. Dessa forma, no caso do artesanato, o valor simbólico – atribuído não só pelos artesãos, mas também pelos turistas – acaba por influenciar diretamente o valor comercial (econômico).

De acordo com Thompson, “em certos campos de produção e troca simbólica, o valor simbólico de um bem pode estar inversamente relacionado com seu valor econômico, no sentido de que, quanto menos ‘comercial’ ele for, tanto mais valor será a ele atribuído” (THOMPSON, 1995, p. 205). Nesse sentido, o fato de certos turistas valorizarem peças únicas, raras e sem padronização (como os móveis de imbuia à venda na ACBL) faz com que o valor econômico dessas peças seja maior.

Entretanto, a alta procura por determinados tipos de produção – como as frutas de pano artesanais produzidas na associação – também pode fazer com que o valor econômico dessas formas simbólicas se eleve, fato que demonstra a aplicação da lei da oferta e da procura, citada anteriormente, nesse contexto.

Segundo Thompson, isso acontece porque,

embora possamos distinguir, analiticamente, entre valorização simbólica e econômica, e entre as formas de conflito tipicamente associadas a elas, nas circunstâncias reais, essas formas de valorização e conflito frequentemente sobrepõem-se de maneiras complexas. Em alguns casos, a aquisição de valor simbólico, quando atribuído por outros ou quando derivado do prestígio acumulado por seu produtor, pode aumentar o valor econômico de um bem simbólico. (THOMPSON, 1995, p. 205).

Todo esse processo de valorização econômica, portanto, não está livre de conflitos, pois o valor econômico atribuído pode variar de pessoa para pessoa, de acordo com seu contexto socioeconômico, seu repertório cultural, seu poder aquisitivo, entre outros fatores. De acordo com John B. Thompson,

bens simbólicos podem ser economicamente valorizados em diferentes graus por diferentes indivíduos, no sentido de que alguns indivíduos podem entendê-los como de maior ou menor valor do que outros lhe atribuem. Podemos descrever esse conflito como *um conflito de valorização econômica*. (THOMPSON, 1995, p. 204).

Rosimar Oliveira conta que, às vezes, artesãos da ACBL têm que baixar os preços estabelecidos a suas peças, pois o valor econômico atribuído por quem as produziu é diferente do valor econômico atribuído pelo interessado em comprá-las. “Não é muito comum isso acontecer, mas quando percebemos que uma peça não tem saída por conta de seu preço elevado, conversamos com o artesão para verificar a possibilidade de revisão do valor de

venda”, afirma a artesã coordenadora da associação.

A mercantilização de bens simbólicos é um terreno complexo, ainda mais diante da globalização e do crescente desenvolvimento da internet. A venda de peças artesanais da ACBL pelo *Facebook* revela importantes aspectos da sociedade atual em sua relação com as formas simbólicas.

A “mediação” da cultura moderna, segundo John Thompson, faz com que o mundo atual esteja sempre atravessado por redes institucionalizadas de comunicação, em que as experiências das pessoas se tornam cada vez mais mediadas por sistemas técnicos de produção e transmissão simbólica.

Assim, a interação face a face entre as pessoas passa a ser mediada de maneira ampla e crescente. Antes da popularização da internet, conglomerados comunicacionais detinham o controle quase que absoluto dos meios de comunicação. Entretanto, com o advento da internet e o desenvolvimento das chamadas redes sociais, pequenas organizações, como a ACBL, conseguem se projetar no mercado, divulgando seus produtos e se relacionando com um número cada vez maior de pessoas.

Apesar da venda física corresponder a 95% do total de vendas da associação, a ACBL conta também com as vendas pela internet, através de um serviço de entregas à distância utilizando os correios. De acordo com a coordenadora Rosimar, o sistema funciona da seguinte maneira:

A pessoa vê a foto da peça artesanal pelo *Facebook*, entra em contato conosco, deposita o dinheiro em nossa conta e nós encaminhamos a encomenda a ela pelo correio. Ainda estamos começando a trabalhar dessa forma, mas é um meio de venda que tem tudo para crescer.

Aliando-se a novas tecnologias, mas sem perder sua essência humilde e popular, os artesãos da ACBL têm um grande desafio pela frente: aumentar a visibilidade e a comercialização de seu artesanato mantendo os traços identitários que fazem de sua produção única, singular, valorizada e transcendente.

Nesse sentido, Maria Rosilene Barbosa Alvim, em seu texto *Artesanato, tradição e mudança social*, afirma que

o artesanato é visto como uma forma de produção em que os trabalhadores desenvolvem uma forma de relação com o objeto de seu trabalho individualizada. Ou seja, o papel desses trabalhadores no processo produtivo coloca-os em uma posição importante face à construção do produto, que depende de sua capacidade e de seu

conhecimento para ser criado. Mais ainda, o trabalhador das formas de produção artesanal necessita de um aprendizado que não é obtido na escola, mas na relação com o próprio trabalho. (RIBEIRO et al., 1983, p. 50)

5 OS ARTESÃOS E O ARTESANATO NA ACBL

Na absoluta maioria dos casos da Associação Comunitária do Bairro do Lambari, as mais diferentes técnicas artesanais foram ensinadas por familiares aos artesãos, que passam a materializar em seus produtos diferentes valores e conceitos passados de geração em geração. Formada predominantemente por artesãs, Rosimar Oliveira, coordenadora da instituição, é uma das associadas que aprendeu técnicas de trabalho com tecido com sua avó e sua mãe.

Costureira profissional durante 12 anos, a atividade remunerada em um atelier contribuiu ainda mais para o desenvolvimento de suas habilidades com panos, habilidades estas que lhe permitem produzir brilhantemente flores ornamentais dos mais diversos tipos, tamanhos e formatos.

Artesanatos em madeira, objetos de madeira de demolição, garrafas ornamentais, colchas bordadas, canecas, caixas decorativas, trabalhos com juta, panos de prato decorados, cortinas artesanais, tapetes, almofadas personalizadas, buchas naturais colorizadas, objetos decorativos de cabaça, chaveiros, flores de folha de bananeira, petecas e bolsas são apenas exemplos de peças artesanais produzidas pelos artesãos da ACBL.

Mesmo, muitas vezes, desconhecendo a teoria e a denominação de técnicas artesanais, os artesãos da referida associação produzem seus artesanatos de acordo com o que aprenderam com seus familiares, sozinhos ou em cursos, tendo sempre a liberdade de adaptar o jeito de fazer e os materiais utilizados na confecção.

Antes de se associarem à ACBL, a maioria dos artesãos produzia seus materiais em casa, individualmente, muitas vezes, para uso próprio e de sua família, vendendo excedentes para conhecidos. Dessa maneira, pouco arrecadavam com suas produções, que não tinham visibilidade, apesar de seu inegável valor cultural. Com a associação, os artesãos puderam se unir e ganhar mais força e visibilidade na divulgação de suas produções.

Maria Valdiceia Dias Andrade é uma das artesãs que viu na associação a possibilidade de se fortalecer e divulgar seus produtos. Fazendo artesanatos desde 1987, Maria vai contra a lógica predominante de aprendizado do ofício (de geração em geração): aprendeu técnicas artesanais após um curso de restauração em que se matriculou para renovar os móveis de seu sítio. Professora aposentada, apaixonou-se pelas atividades de artesã e, quando foi convidada para participar da associação, há cerca de quatro anos, prontamente aceitou o convite.

Conselheira da ACBL, Maria Valdiceia diz que se encantou pela ideia de valorização do artesanato regional e denomina a associação como uma “caçadora das artes” do Lambari. “Somos parte do bairro e queremos ser um ponto de encontro e desenvolvimento da

comunidade. Queremos sempre encontrar novos associados, independentemente de sua cor, etnia, idade ou religião”, afirma.

Para a artesã, a ideia da associação é interessante por promover o bem estar de todos, sendo as decisões tomadas de forma democrática sempre:

Somos um grupo que trabalha junto, de forma unida, em que um respeita o outro em relação à sua individualidade. Não somos um grupo homogêneo, mas sabemos nos respeitar e trabalhar em equipe. Somos a prova viva de que pessoas bem simples e, muitas vezes, sem estudo podem ter grande sabedoria e habilidade. Apesar de eu ter feito cursos, aprendo muito com quem nunca frequentou uma escola na vida.

Segundo a artesã, a reunião de um grupo em forma de associação faz com que um artesão motive e ajude o outro. Além disso, busca-se a aproximação com o turista da região, procurando satisfazê-lo, mas mantendo a identidade local. De acordo com Maria Nazareth Ferreira, esse é um dilema muito forte aos artesãos: como modernizar seus produtos e atender às demandas existentes sem perder a relação identitária com os objetos produzidos?

É inegável que a cultura está sempre em transformação como coisa viva que é mas, pode-se afirmar que o atual processo de produção se modifica, gerando um grande dilema para o artesão: ele tem necessidade de modernizar seu produto para sobreviver mas, por outro lado, não pode perder seus traços identitários, pois é com isso que seu produto conta para ter acesso ao mercado do *souvenir*. (FERREIRA, 1995, p. 94-95)

A saída para essa questão, segundo Nazareth, está na própria consulta aos artesãos a respeito de sua problemática. Afinal, a saída para as questões que envolvem a identidade do artesão só pode ser definida a partir de uma análise profunda de sua realidade criadora. Cooperativas e auto-gestões são apontadas por Nazareth como casos raros, no Brasil, a serem valorizados.

Hoje, no seio da comunidade de artesãos encontram-se as mais diferentes formas de organização e, em quase todas, é possível verificar a interferência seja de distribuidores, seja de gestores de ONGs ou de entidades públicas. São poucos os casos, no Brasil, de cooperativas e auto-gestões. Sem uma organização sólida e sem fomento e orientação quanto à questão identitária [...], corre-se o risco de que essa significativa parcela da população – principalmente produtora para o turismo – continue como está, ou seja, na indigência, submetida às diretrizes econômicas e até mesmo estéticas dadas pelos atravessadores e congêneres. (FERREIRA, 1995, p. 95)

Nesse sentido, a ACBL mostra-se no caminho certo. Apesar de aceitar o fornecimento

de cursos de capacitação aos artesãos do Bairro do Lambari, nenhum dos associados é obrigado a seguir uma determinada técnica artesanal ou a utilizar os tipos de materiais indicados. Todos são livres para se manifestar culturalmente, utilizando técnicas e materiais com que se identificam e estejam familiarizados.

Um exemplo dessa postura pode ser observado recentemente. Pelo fato de, na região do Lambari, haver muitas plantações de banana, em 2011, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) ministrou para os artesãos da ACBL um curso de artesanato com fibras de bananeira. Com a referida matéria-prima, abundante na região, os artesãos aprenderam a fazer flores, caixas artesanais, entre outros produtos.

Contudo, o que se observou foi que a maioria dos artesãos, apesar de ter aprendido as técnicas, somente produziu peças utilizando fibras de bananeira durante um curto período de tempo. A maioria dos associados acabou não aderindo a esse tipo de artesanato, retornando a outras técnicas e materiais com que tinham maior familiaridade.

Tal fato demonstra quanto a imposição vertical de um determinado tipo de técnica pode ser perigosa para a continuidade de manifestações culturais, como o artesanato. Questionados quanto a seguir um determinado tipo de técnica artesanal pré-determinada, a maioria dos artesãos mostrou-se contrária, pois, assim, o sentido de sua arte e o próprio prazer de sua produção seriam distorcidos, tendendo ao desaparecimento.

Maria Andréa Pinto Macedo é uma artesã da ACBL que, ao contrário de Maria Valdiceia, nunca fez cursos para aprender a produzir peças artesanais. Como aconteceu com a maioria dos artesãos da associação, o artesanato entrou em sua vida por meio de sua família, através de técnicas e aprendizados passados de geração em geração. Segundo Maria Andréa, “já estava no sangue”:

Minha avó fez colchas de retalhos até muito próximo de sua morte, com mais de 80 anos. Aliás, essa é uma história muito bonita e reveladora de grande sabedoria de uma pessoa muito simples. Em um sábado, minha avó terminou uma colcha e fechou a máquina. A moça que trabalhava para ela pediu, então, que ela fizesse uma colcha de retalhos para sua família, mas minha avó olhou em seus olhos e disse que não. Afirmou que aquela era a última colcha que faria. E realmente, na quinta feira seguinte, minha avó veio a falecer.

Antes disso, no entanto, a avó de Maria Andréa ensinara o ofício de fazer colcha de retalhos a seus filhos e netos. “Fazer colcha de retalhos se transformou em uma tradição de família”, afirma Maria Andréa. Por motivos de saúde, há cerca de sete anos, a artesã resolveu mudar de São José dos Campos (SP) para um sítio em Gonçalves (MG). “Para matar o

tempo”, Maria Andréa começou a fazer colchas usando pedaços de pano que não seriam mais usados.

A artesã, que faz parte da ACBL há seis anos, recita sempre um verso que criou para expressar a importância da arte com retalhos em sua família:

*De geração em geração,
trabalhando com as mãos o algodão.
Com muita luta e trabalho,
fazendo colchas de retalho.*

Antigamente, a colcha de retalhos era feita por necessidade. Pedacos de roupa e de outros tecidos eram usados por famílias pobres para fazer colchas para suportar o frio durante a noite. Hoje, segundo Maria Andréa, esse tipo de trabalho é considerado por muitos um artigo de luxo. “O valor do material, o trabalho do artesão, o tempo para ser feito e o valor imaterial – a história e o fetiche que existem por trás da peça – fazem com que a colcha de retalhos custe mais caro”, explica a artesã.

Nesse sentido, segundo Vera de Vives, no texto *A beleza do cotidiano*, o artesão tradicional é, *a priori*, o indivíduo que materializará técnicas passadas de geração em geração. Em outras palavras, o artesão nada mais é que

o intérprete das técnicas tradicionalmente conservadas, como herdeiro, que é, dos motivos que as originaram. No ato de criar uma cesta, por exemplo, reproduzirá padrões recebidos da cultura a que pertence, porque ditos padrões traduzem, primordialmente, a resposta a determinada necessidade do meio onde surgiram, seja tal necessidade ligada ao trabalho, à vida doméstica, à devoção ou à diversão. Seu produto é, assim, extremamente objetivo, jamais sem função. Participa da vida, e não só da vida do artesão, se não também da existência coletiva. (RIBEIRO et al., 1983, p. 133)

Romeu Gomes Pinto, já citado anteriormente neste artigo, é um exemplo vivo do que estamos tratando. Associado da ACBL, trabalha como marceneiro na roça mas, nas horas vagas, dedica-se ao artesanato. Artesão há mais de 30 anos, faz peças artesanais porque gosta e é um dos fundadores da Associação Comunitária do Bairro do Lambari. “Faço questão de fazer parte da associação até hoje porque não quero vê-la acabar. Ajudei a fundar isso daqui e sei da importância da instituição para nossa comunidade”, afirma.

Romeu nunca fez nenhum curso de artesanato, aprendeu o ofício com o pai. Sua especialidade são as peças em madeira. De infância pobre, Romeu afirma que fez a maioria

dos brinquedos com os quais brincava quando era criança. “Depois, fui fazendo pra poder viver. Sou muito curioso, aprendi muito sozinho”, conta.

Waldeia das Graças de Souza Pinto, esposa de Romeu, também faz parte da ACBL. A artesã conta que se interessou por artesanato depois que se casou, há 26 anos. Suas especialidades são objetos feitos com papel jornal, fibra de bananeira e palha de milho, além de pinturas e esculturas. “Apesar de ser trabalhoso, o artesanato é uma forma de expressão, é uma arte. E um trabalho vai puxando o outro, uma técnica vai levando a outra”, conta.

Waldeia afirma que “se encontrou” no artesanato: “depois que a gente começa a fazer é que a gente descobre que é nossa vocação”. Há cerca de seis anos na ACBL, a artesã afirma que fazer artesanato também é uma terapia: “já vareei madrugadas para conseguir dar conta de encomendas, mas faço isso com todo o amor e prazer, porque, assim, posso me expressar também”.

Há cerca de 10 anos, Romeu faz pequenas tábuas de madeira que Waldeia decora com primor. João Paulo, filho do casal, “já nasceu brincando com o martelo” e hoje também faz parte da ACBL. A filha mais nova de Romeu e Waldeia, Mariane Milena, de 13 anos, também é incentivada a aprender técnicas de artesanato que, segundo Waldeia, “devem ser passadas de pai para filho”.

Em relação ao papel familiar, e sua importância no ensino das técnicas artesanais aos mais jovens da família, Canclini faz um contraponto com o papel estatal que, muitas vezes, utiliza o artesanato como um artefato econômico e ideológico de controle social. Segundo o autor,

do ponto de vista dos camponeses, a produção artesanal faz com que seja possível manter a família unida e alimentada no povoado do qual sempre se sentiram fazendo parte. Do ponto de vista do Estado, o artesanato é um recurso econômico e ideológico utilizado para limitar o êxodo camponês e a consequente entrada nos meios urbanos de maneira constante de um volume de força de trabalho que a indústria não é capaz de absorver, e que agrava as já preocupantes deficiências habitacionais, sanitárias e educacionais. (GARCÍA CANCLINI, 1983, p. 64).

Miguel Benedito da Mota mora no bairro do Lambari desde que nasceu, tem 74 anos e é um dos associados com maior idade da ACBL. Além de produzir mel, própolis, paçoca de amendoim e outros quitutes regionais, o agricultor faz bengalas a partir de madeiras da região. “Com o que o meu avô me ensinou, fui desenvolvendo meu artesanato na prática, a partir da curiosidade e da experimentação. A bengala de bambu é um exemplo que deu certo e faz parte de minha vida”, confirma o artesão.

A esposa do Sr. Miguel, Rosalina Pinto da Mota, conta que ajuda o marido sempre e admira o fato de ele nunca reclamar de nada. “Apesar da vida na roça nunca ser muito fácil, meu esposo está sempre de bem com a vida. Ele cuida do sítio, das nossas criações, faz as bengalas dele e nunca reclama de nada”, conta. Uma breve análise da fala de Rosalina acaba por nos mostrar que a perspectiva de Canclini pode ser observável na prática do artesanato, principalmente em relação ao aspecto ideológico do artesanato, muitas vezes, explorado pelo aparelho estatal.

Em relação à produção em si, conforme afirma Vera de Vives, apesar de ter aprendido técnicas com seus familiares, o artesão, no caso o Sr. Miguel, é um ser criador que se adapta a diferentes realidades e épocas:

Posto que intérprete de tradições herdadas, acrescentará, ainda assim, sinais de sua própria criatividade aos objetos produzidos, ajuntando seu eu-criador à grande cópia de informações recolhidas da tradição. Porque é um criador, será capaz de adaptar-se a novas realidades, e enquanto mantém técnicas e padrões adquiridos por herança, inovará, principalmente no que se refere a materiais. Escasseando aqueles antes abundantes no meio, utilizará outros, através dos quais veiculará as técnicas e manterá as tradições do fazer artesanal. (RIBEIRO et al., 1983, p. 133)

Rosalina relembra momentos engraçados que viveu ao conversar com os turistas “da cidade grande” sobre os materiais vendidos na associação. “Um deles nos perguntou como era produzida a bucha que colocamos à venda... Respondemos que a bucha era vegetal, uai, dava na natureza! A gente só tira as sementes, colore e ornamenta!”, conta aos risos.

Um outro fato engraçado aconteceu quando perguntaram ao Sr. Miguel como ele entortava a madeira para fazer as bengalas. “Uai, o pau já nasce torto!”, respondeu o artesão, que considera sua arte valorizada tanto pelos turistas quanto pelos moradores do bairro. “Às vezes, quem é de fora dá até mais valor... Mas o pessoal da associação sempre me incentiva”, afirma.

Jair Pimentel Ribeiro também faz artesanatos com madeira. Membro da ACBL há oito anos, produz móveis rústicos e outros objetos há cerca de uma década. Seu pai era marceneiro e lhe ensinou muito do que sabe hoje. Após um acidente de moto, “para não ficar parado”, Jair começou a fazer miniaturas artesanais de carros de boi.

“As pessoas começaram a dizer que eu tinha o dom para aquilo, que eu fazia peças muito bonitas e eu comecei a me interessar cada vez mais pelo artesanato”, conta. Antes do acidente que sofreu, Jair trabalhava como pedreiro, mas hoje não pensa em voltar para a

antiga profissão. “Trabalho como marceneiro e artesão, estou muito feliz”, contou. Pedacos de madeira que virariam lenha ou seriam jogados fora, nas mãos de Jair, tomam formas esplendorosas. “Iriam para a fogueira, mas viram arte. Isso é muito gratificante”, revela o artesão.

Sandoval Pinto da Mota é o 1º tesoureiro da associação. Trabalhador de uma fábrica em Paraisópolis (MG), cidade vizinha a Gonçalves, Sandoval afirma que tem tido pouco tempo de fazer seus artesanatos, contribuindo com a ACBL há alguns meses apenas com mel e própolis que produz em sua fazenda.

Apesar disso, por seu apoio logístico e incentivo aos demais artesãos, é um membro valorizado e muito querido pelo grupo. “Na associação, o volume de produção não é o mais importante. Muitos outros valores estão envolvidos. Acima de tudo, queremos o bem da comunidade”, revelou.

Dessa forma, pode-se observar que, apesar de inserida no sistema capitalista e objetivar, entre outros valores, complementação de renda a seus artesãos, a ACBL não está subordinada cegamente à lógica hegemônica capitalista. Resistindo a um sistema homogeneizador e desumanizante, o modo de organização da Associação Comunitária do Bairro do Lambari é exemplo de uma proposta que busca o desenvolvimento local e a integração de uma comunidade, sem que haja perda de traços identitários essenciais aos artesãos do bairro e à continuidade de suas manifestações artísticas.

6 A ACBL E OS INCENTIVOS PÚBLICOS E PRIVADOS

A Associação Comunitária do Bairro do Lambari recebe pouca ajuda governamental. Por se tratar de uma associação comunitária, o prédio em que está sua sede – uma antiga escola desativada – é cedido pela prefeitura. Dessa forma, há a isenção de impostos, como o Imposto Territorial Rural (ITR), por exemplo. Taxas de contribuição, como água e luz, e de documentação são custeadas pela própria associação.

Por se tratar de um prédio municipal, reformas devem ser sempre autorizadas pela prefeitura. Engenheiros municipais, sempre que solicitados, comparecem à ACBL para prestar serviços. A prefeitura de Gonçalves, sempre que há verba disponível, também custeia a condução dos artesãos para que visitem e exponham seus produtos em feiras de artesanato fora da cidade de Gonçalves (MG).

Todos os anos, os artesãos da ACBL vão à Feira Nacional de Artesanato, em Belo Horizonte (MG), conversar com outros artesãos, conhecer diferentes técnicas artesanais, ter inspirações para novos artesanatos. A prefeitura de Gonçalves é quem patrocina o transporte dos membros da associação.

A ACBL recebe também a assessoria do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), que orienta os artesãos em relação à administração da associação, bem como ministra cursos, como o de artesanato com fibras de bananeira, já citado neste artigo. Apesar de bem embasados tecnicamente, os cursos do SENAR revelaram conter um aspecto “impositivo” perigoso por não valorizar a tradição do artesanato local, inserindo novas regras e técnicas a um contexto local e único.

A tradição artesanal não é estática e cristalizada, porém, para compreendê-la e auxiliar em seu desenvolvimento, é preciso conhecer a teia de significados que há por trás do fazer manual do artesão. Segundo o texto *Intervenções em atividades culturais e os seus aspectos relacionais*, as ações de intervenção em prol do artesanato – sejam elas realizadas por ONGs ou pelo próprio governo, por exemplo – devem ser feitas considerando não só o aspecto produtivo e econômico, mas principalmente o aspecto humano dessa manifestação cultural.

De acordo com o texto, o aspecto primordial dos incentivos públicos e privados “consiste em dar condições para que comunidades que praticam o artesanato possam viver de sua cultura de maneira digna de forma que desenvolvam suas atividades de forma autônoma, assegurando sua própria identidade e conquistando sua sustentabilidade” (TSCHÁ; MENDONÇA; TSCHÁ, 2009, p. 13).

De acordo com Emanuely Kelly Ribeiro da Silva, no texto *Design e artesanato*, a

interferência organizacional e governamental na produção do artesão pode levar à alteração de seus métodos de produção, e mais, de seus valores culturais tradicionais:

À medida que entra em funcionamento uma organização externa à sua cultura, os valores arraigados a ela são trocados por valores institucionalizantes e mercadológicos. Olhando por esse lado temos um paradoxo: a organização à medida que, tenta preservar os valores culturais e a perpetuação do artesanato, altera-os com a inserção da instituição e com a interferência nos métodos de produção. (SILVA, 2009, p. 171)

Os órgãos incentivadores, sejam eles públicos ou privados, deveriam elaborar, junto aos artesãos, diretrizes quanto às possibilidades de intervenção na produção artesanal. Segundo Regina Gauer José, deve-se agir

estabelecendo limites para a ação dos consultores e criando barreiras de proteção e documentação das técnicas, além da necessidade de geração de renda através do uso da valorização do trabalho artesanal e dos bons preços adquiridos por estes no mercado de modo que estes revertam para as próprias comunidades e não sejam usurpados por atravessadores, lojistas ou mesmo designers. (JOSÉ, 2005, p. 114)

Graças à sua forma de organização democrática e à consciência do valor simbólico e econômico de seu artesanato, a ACBL tem conseguido, na medida do possível, manter livre e autêntica a manifestação cultural de seus artesãos, revertendo a arrecadação econômica provinda do artesanato para o desenvolvimento da própria comunidade do Lambari.

Apesar da padronização estética difundida pela lógica de mercado através de meios massivos de comunicação, das modificações sociais por que passa a comunidade do Lambari ao longo dos anos, da interferência de organizações externas na forma de produção artesanal e, conseqüentemente, nos valores simbólicos da comunidade, entre outros fatores, os artesãos do Bairro do Lambari mostram em seu cotidiano uma enorme força criadora de gente que batalha para sobreviver e se manifestar culturalmente na singeleza de suas produções artesanais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do presente estudo, foi possível compreender melhor a dinâmica da Associação Comunitária do Bairro do Lambari, uma organização de artesãos que buscam em sua arte manifestar-se culturalmente e complementar sua renda. Apesar de seu regime administrativo ser semelhante ao de uma cooperativa, pode-se observar que a associação une os cidadãos do Bairro do Lambari, os quais encontram na ACBL uma forma de organização em que sua identidade cultural (materializada ou não) pode ser divulgada e valorizada, seja pela própria comunidade, seja pelos turistas que visitam a região.

Além disso, a ACBL é um espaço em que as decisões são tomadas democraticamente em reuniões em que todos os associados têm espaço, igualdade e voz ativa. Tanto que, mudanças de gestão, a partir de 2009, fizeram com que a associação crescesse em sua força local, seu aspecto financeiro e sua notoriedade.

A utilização de redes sociais, como o *Facebook*, na divulgação e venda de produtos artesanais pode mostrar, na prática, aspectos da relação da sociedade atual com as formas simbólicas que valoriza. A transmissão do simbólico por meio da internet faz com que a interação face a face do artesão com o seu público seja suprimida. Por outro lado, tem-se uma maior divulgação de seus produtos para um número crescente de pessoas.

Ainda que Canclini afirme que o artesanato seja uma necessidade para a sobrevivência do capitalismo, vimos que a produção artesanal não precisa ser refém das regras desse sistema que desumaniza as relações e estabelece como padrão a homogeneização de manifestações culturais.

Nesse sentido, um aspecto interessante, observado durante a pesquisa, refere-se à atribuição do valor simbólico e econômico à produção artesanal. As formas simbólicas passam a ganhar valor de mercado quando se tornam produtos à venda, obedecendo, então, regras de oferta e procura, que caracterizam o sistema capitalista vigente.

Para o artesão, o valor simbólico de sua obra é imensurável. Contudo, para que gere renda e movimento a economia de sua comunidade, o artista encara diariamente o desafio de quantificar financeiramente o valor de sua arte. Nesse processo, inúmeras são as variáveis influenciadoras: tempo de elaboração, complexidade das técnicas e fetiche atribuído pelos próprios turistas encarecem, ou barateiam, as peças, por exemplo.

Dessa forma, o processo de valorização simbólica e econômica dos objetos na contemporaneidade e a mediação da cultura moderna, estudados por Thompson, puderam ser observados nas atividades cotidianas dos artesãos da ACBL. A profunda e complexa relação

do artesão com sua produção também pode ser estudada na presente pesquisa.

Com técnicas e conceitos transmitidos, em sua maioria, de geração e geração, os artesãos da associação demonstram ter uma relação afetiva e até mesmo transcendental com suas produções artísticas. Os modos de produção e a relação do artesanato com a história de sua família e, portanto, com a formação de sua identidade cultural, fazem com que os artefatos artesanais sejam valorizados não só por sua importância econômica, mas principalmente por seu complexo aspecto simbólico.

Assim, o fazer manual de uma colcha de retalhos vai muito além da mera produção de uma colcha. A elaboração do artesanato remete ao artesão a história de sua existência, a trajetória de sua família, o cotidiano de sua casa, seus valores familiares etc. Dessa maneira, por esses valores e pela identidade cultural popular manifestada e materializada, os produtos artesanais da ACBL, produzidos com mais variadas técnicas, ganham a admiração de turistas que visitam a região.

Materiais produzidos em larga escala ou similares a produtos industrializados, por não carregarem essa carga simbólica, não são valorizados pelos turistas, sendo impedidos pelos próprios artesãos de integrar a ACBL. Os artistas da associação incentivam a legítima manifestação cultural de seus colegas, sem a imposição de técnicas ou a obrigação de produzir cada vez mais para gerar cada dia mais lucro.

Trata-se de um grande exemplo de como a economia criativa pode gerar renda fazendo com que os indivíduos desenvolvam suas capacidades de forma mais humana e sustentável. A relação harmônica entre aspectos econômicos, simbólicos, sociais e ambientais acaba por fortalecer a atividade de associações, como a ACBL.

Assim, a lucratividade é vista como consequência da atividade artesanal feita de forma tradicional e livre. Talvez esse seja o grande segredo da Associação Comunitária do Bairro do Lambari: inserir-se no sistema capitalista para gerar complementação de renda a seus associados, sem deixar que o mercado estabeleça as regras de suas produções.

REFERÊNCIAS

- COOPERALIANÇA. **Cooperativismo**: o que é cooperativa? Disponível em: <<http://www.cooperalianca.com.br/cooperativismo/cooperativa>>. Acesso em: 18 mar. 2012.
- FERREIRA, Maria Nazareth. Considerações acerca da cultura subalterna como mercadoria. In: **Globalização e identidade cultural na América Latina**. São Paulo: CELACC, 1995.
- GARCÍA CANCLINI, Nestor. A produção artesanal como uma necessidade do capitalismo. In: GARCÍA CANCLINI, Nestor. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- HORODYSKI, Graziela Scalise; RUSCHMANN, Doris van de Meene. Artesanato dos Campos Gerais do Paraná. In: **Revista Eletrônica de Turismo Cultural**, nº 01, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/turismocultural/graziela.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2012.
- ILLUSTRATUS. **História do artesanato**. Porto Alegre: s/n, 2010. Disponível em: <<http://blogillustratus.blogspot.com.br/2010/04/historia-do-artesanato.html>>. Acesso em: 20 mar. 2012.
- JOSÉ, Regina Gauer. Políticas de incentivo ao artesanato no Brasil. Leitura crítica e estudo de caso: o projeto Artesanato Solidário. In: **Revista Design em Foco**, v. II, nº 2, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.designemfoco.uneb.br/PDF/Df_vIIIn2_IniciacaoCientifica.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2012.
- LIMA, Ricardo Gomes. **Artesanato e arte popular**: duas faces de uma mesma moeda? Rio de Janeiro: CNFCP, 2003. Disponível em: <http://www.cnfcp.gov.br/pdf/Artesanato/Artesanato_e_Arte_Pop/CNFCP_Artesanato_Arte_Popular_Gomes_Lima.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2012.
- LOURIDO, Clara. **O artesanato no capitalismo avançado**: da tradição ao desemprego estrutural, do turismo à decoração. In: I ENECULT – Encontro Nacional de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador: ENECULT, 2005. V. I.
- MELCHOR, Paulo. **O que é associação sem fins lucrativos? Como constituir e como é tributada?** Disponível em: <<http://www.adj.org.br/download/pdf/oquee.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2012.
- RIBEIRO, Berta G. *et al.* **O artesanato tradicional e seu papel na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1983.
- SEBRAE. Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **O que é economia criativa**. São Paulo: SEBRAE, 2010. Disponível em <http://www.sebrae.com.br/setor/cultura-e-entretenimento/o-setor/economia-criativa/integra_bia/ident_unico/17457>. Acesso em: 20 mar. 2012.
- SILVA, Emanuelly Kelly Ribeiro da. Design e artesanato: um diferencial cultural na indústria do consumo. In: **Actas de Diseño Nº7**. IV Encuentro Latinoamericano de Diseño: "Diseño en

Palermo", Año IV, Vol. 7, Jul. 2009, Buenos Aires, Argentina. Disponível em: <http://fido.palermo.edu/servicios_dyc/publicacionesdc/archivos/16_libro.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2012.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TSCHÁ, Elizabeth; MENDONÇA, José Ricardo Costa de; TSCHÁ, Cyntia Regina.
Intervenções em atividades culturais e os seus aspectos relacionais: o caso do artesanato.
In: V ENECULT – Encontro Nacional de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador: ENECULT, 2009.